UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS I

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

AMANDA RAYLLA DA SILVA MELO

O PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO CREAS - POSSIBILIDADES E DESAFIOS

CAMPINA GRANDE

2018

AMANDA RAYLLA DA SILVA MELO

O PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO CREAS - POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia na Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena e Bacharelado em Psicologia.

Orientadora: Professora Mestre Lorena Bandeira de Melo Sá.

CAMPINA GRANDE

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica.Suareprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M528p Melo, Amanda Raylla da Silva.
O profissional de psicologia no CREAS [manuscrito]:possibilidades e desafios / Amanda Raylla da Silva Melo. - 2018.
32 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde , 2018.
"Orientação : Profa. Ma. Lorena Bandeira de Melo Sá , Coordenação do Curso de Psicologia – CCBS."

1. Psicologia Social. 2. Assistência social. 3. Sistema Único de Assistência Social - SUAS. I.Título

21. ed. CDD 302

Elaborada por Giulianne M. Pereira-CRB-15/714 BC/UEPB

O PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO CREAS - POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia na Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Psicóloga.

Aprovada em: 13/06/2017.

BANCA EXAMINADORA

Lorena Bandeira Melo de Sá

Professora Mestra Lorena Bandeira de Melo Sá (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Leconte de Lisle Coelho Júnior

Professor Doutor Leconte de Lisle Coelho Júnior
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Márcia Candelária da Rocha

Professora Mestra Márcia Candelária Rocha
Faculdade Maurício de Nassau

AGRADECIMENTOS

É com gratidão que apresento este trabalho à Simone Albuquerque, o qual não seria possível ser realizado sem a sua dedicação e olhar inspiradores. Muito Obrigada.

Às diversas professoras e professores que me acompanharam neste processo de aprendizado e crescimento. A partir da sua prática marcante foi possível que eu olhasse de modo especial cada uma das experiências que eu vivenciei dentro da graduação.

Aos professores que se tornaram mais que simples educadores e mediadores nessa caminhada, compartilhando suas experiências de frustração e satisfação de modo a me tornar consciente da importância da relação de parceria entre alunos e professores.

De modo especial, à Lorena Bandeira, orientadora deste trabalho, uma das pessoas mais acolhedoras e pacientes que eu tive o prazer de conhecer.

Aos que se tornaram amigos muito queridos, dentro e fora da universidade.

À Camila Deodônio de Queiros, que me acompanhou de todas as formas possíveis nesta caminhada, muitas vezes servindo de espelho, se tornando uma amiga extremamente querida e amada – menção honrosa à sua força de vontade descomunais e dedicação imensa em atuar de forma crítica em todas as experiências de que participa. Dylan tem muita sorte.

Às pessoas que trabalham nas equipes de limpeza, secretaria, segurança e manutenção do nosso departamento (e em toda a universidade), as quais se fazem presentes a todo o momento e são essenciais no nosso dia a dia, sempre com a disposição de nos ajudar, apesar de todas as dificuldades apresentadas diariamente e a desvalorização que sofrem. Vocês estão presentes a cada vez que assistimos uma aula, vamos ao banheiro ou olhamos o jardim.

À minha família, que foi o suporte mais constante e maravilhoso que eu poderia esperar, atuando de forma constante em todos os momentos da minha formação, inclusive a acadêmica.

À Patrick Fideles, pela força excepcional que demonstra todos os dias em ser uma das pessoas mais determinadas que eu já conheci, mesmo que talvez ele não acredite nisso. A presença e incentivos diários foram determinantes na conclusão desta etapa da minha vida.

"Porque aqui reside a esperança que nossas vidas não sejam nossas, de que nossos passos sejam muito mais que o trilhar."
José Roniere Morais Batista

SUMÁRIO

Introdução 06
Desenvolvimento 07
Histórico da Assistência Social no Brasil e a inserção do psicólogo como profissionais no setor das políticas públicas 07
A atuação da (o) psicóloga (o) na equipe de referência do CREAS 11
Metodologia 13
Resultados 15
Motivação para entrada no CREAS 15
Dificuldades 16
Visão da Assistência Social 18
Papel do Psicólogo no CREAS 20
O papel dos conselhos e da formação acadêmica na qualificação profissional 23
Considerações Finais 25
Referências Bibliográficas 29

O PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO CREAS - POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Amanda Raylla da Silva Melo[1]

RESUMO

A partir da constituição do SUAS, abre-se um novo campo de atuação para a psicologia, resultando em um aumento na participação de psicólogas (os) nas políticas de assistência social do país. O atual trabalho investigou as condições e possibilidades da atuação do profissional de psicologia inserido neste contexto, mais especificamente na Proteção Social de Média Complexidade representado pelo Centro de Referência Especializada de Assistência Social, o CREAS. A inserção do psicólogo nas políticas públicas, junto à equipe multidisciplinar, é considerada de importância fundamental para alcançar os objetivos propostos na atual política de assistência social ratificada pelo Sistema Único de Assistência Social. Entretanto, levando em consideração que a abertura deste campo é relativamente nova, foi verificado junto a uma profissional atuante no CREAS de Lagoa Seca - PB quais as condições de trabalho e recursos metodológicos e técnicos disponíveis para o psicólogo no contexto das políticas de assistência. A metodologia proposta é um estudo qualitativo nos moldes do estudo de caso, utilizando como instrumentos de coleta a observação participante e uma entrevista semiestruturada, que foi analisada a partir da técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontam que o trabalho da assistência conta com diversas complexidades que ainda perpassam pela visão assistencialista, inclusive a partir dos profissionais da própria rede.

Palavras-chave: Psicologia no CREAS; Psicologia e SUAS; Psicologia Social; Estudo de Caso.

Introdução

A década de 1980 foi responsável por diversas mudanças no cenário político brasileiro, desde a saída do regime militar, passando por organizações sociais que deram à luz à uma nova Constituição que traria em sua base a definição e garantias dos direitos cidadãos.

Tal movimento constitui um marco também nas construções das políticas direcionadas à população, que contam a partir deste momento com uma diretriz básica onde o cidadão tem direito aos serviços que se relacionam com seu bem estar, e onde o Estado tem o dever de garantir tais serviços (MDS, 2004, p. 5).

Essa mudança se fortalece a partir das construções dos marcos legais que baseiam a implantação do Sistema Único de Assistência Social, que aglutina e orienta os serviços de assistência em níveis de proteção social básica, e especial – esta subdividida em média e alta complexidade –, e definem aparelhos estatais que se responsabilizam não mais pela

[1] Aluna de Graduação em Psicologia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-mail: amandarayllamelo@gmail.com

compensação de condições sociais de risco, mas sim num processo de prevenção, promoção e proteção.

Na base da proteção social básica se encontra o Centro de Referência de Assistência Social, que se coloca como porta de entrada da assistência, sendo um órgão que atua no sentido de prevenir situações que prejudiquem os direitos sociais. A média complexidade se configura por situações onde indivíduos tiveram seus direitos violados e é representada pelo aparelho do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que atende famílias e indivíduos vítimas de violências, negligência, abandono, em situação de rua, trabalho infantil, entre outros. A proteção social de alta complexidade se configura na retirada da família ou indivíduos de seu contexto comunitário ou familiar quando há quebra de vínculos ou situação de ameaça, garantindo a proteção integral (MDS, 2004).

A entrada do psicólogo nas áreas das políticas públicas se deu paralelamente às suas construções, mas se tornou mais expressiva nas políticas de assistência a partir da implantação do SUAS – implementado a partir da criação das Políticas Nacionais de Assistência Social, em 2004 –, constituindo um importantíssimo campo de trabalho, mas também de construção de conhecimentos que precisa ser mais explorado, de modo a desenvolver metodologias que atendam às demandas apresentadas pela enorme maioria da população brasileira, criando, assim, base para a formação consciente e orientada para a realidade social e da atuação junto à esse público.

Para tal, este estudo teve como objetivo conhecer melhor a atuação de uma psicóloga no SUAS, mais especificamente no aparelho de proteção especial de média complexidade CREAS com a intenção de oferecer maiores subsídios para esta exploração. De modo a alcançar esse objetivo, faz-se necessário um resgate histórico do contexto de criação do SUAS e da inserção da psicologia dentro dos serviços de assistência social.

Histórico da Assistência Social no Brasil e inserção do psicólogo como profissionais no setor das políticas públicas

A atuação de psicólogas e psicólogos nas comunidades são registradas desde a décadas de 1960 e 1970, quando se iniciava um movimento da psicologia para áreas que não eram as tradicionais, em paralelo ao histórico da assistência social no país, onde, durante muitas décadas as ações promovidas nessa esfera possuíam caráter filantrópico e assistencialista, voltada para a compensação e alívio das tensões causadas pelo contexto social e econômico,

descontextualizada e sem objetivos, se constituindo como ações complementares a outras políticas públicas (FONTENELE, 2008; FILHO, 2011; FLORENTINO, MELO, 2017). Além dessa atuação acrítica, Yamamoto (2007) resgata dois estudos feitos em 1974 e 1975, os quais constatam que apenas 15% dos da população tinha acesso aos serviços profissionais de psicologia e que esta era uma "atividade de luxo".

A partir da década de 1980, condições econômicas instáveis pelas quais o país foi assolado e as transformações das perspectivas nas áreas sociais fomentadas no período final da ditadura trouxe uma participação ainda maior dos psicólogos na área social (BASTOS, 1990; RIBEIROL, et al., 2014), em parte, graças a diminuição de poder aquisitivo da população como um todo, o que reduziu a clientela tradicional dos psicólogos autônomos, que era a classe média, forçando-os a buscar outras áreas de atuação; e por outro lado, ao fortalecimento da psicologia social e o movimento de uma parcela da categoria que se inseriu em atuações, pautadas nas novas discussões mais comprometidas com o papel social da categoria, que criticavam a postura de "neutralidade" do psicólogo, a qual fazia muito pela manutenção do sistema social, e buscavam:

> Desenvolver atividades e tarefas que permitissem colocar a psicologia a serviço das maiorias, ao mesmo tempo em que já havia em algumas dessas práticas o compromisso de colaborar para que as pessoas se organizassem e reivindicassem por suas necessidades básicas e melhorias de suas condições de vida (FONTENELE, 2008, p. 83).

As discussões populares que marcaram a década de 1980 culminaram em um período extremamente frutífero para gênese das políticas públicas destinadas a garantir os direitos sociais previstos pela Constituição Federal de 1988. É nesse contexto que os profissionais da área de serviço social buscam se afastar de práticas alheias à noção de direito do cidadão à proteção social, fortalecendo cada vez mais suas referências teórico-conceituais a partir do engajamento da categoria e da participação de outras entidades civis, propondo assim a Lei Orgânica de Assistência Social, em 1990 – que foi vetada pelo então presidente Fernando Collor entrando em vigor apenas em 1993 (RIBEIROL, 2014, p. 462).

A partir dessa diretriz, foram construídas a Norma Operacional Básica SUAS (NOB/SUAS), as Políticas Nacionais de Assistência Social (PNAS) e suas diversas atualizações, com o objetivo de operacionalizar o trabalho na assistência social em suas instâncias de gestão, financiamento e execução, na perspectiva de integrar as instâncias governamentais na responsabilidade de garantir os direitos através do Sistema Único de

Assistência Social (BRASIL, 1988; BRASIL, 1993, MDS, 2004; MSD, 2005; MDS, 2012; RIBEIROL et al., 2014; FONTENELE, 2008).

Dessa forma, a aprovação da Constituição Federal de 1988, da LOAS e do SUS foram os principais responsáveis pelo início da atuação profissional e institucionalizada dos psicólogos com foco no atendimento às camadas então priorizadas da população, nas políticas públicas governamentais e não governamentais (FONTENELE, 2008; YAMAMOTO, OLIVEIRA, 2010).

O SUAS, instituído 15 anos após o SUS, é a política de assistência social responsável pela proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, materializado em um sistema nacional não contributivo, que conta com um modelo de gestão descentralizada – responsabilidade das instâncias Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e da União –, e participante (MDS, 2012).

Para melhor desenvolver seus programas, o SUAS é dividido em dois níveis: a proteção social básica, de caráter preventivo e representado pelo aparelho do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); e a proteção social especial (PSE), acionada quando ocorre a violação de direitos, esta subdividida em outras duas categorias. A proteção social especial de média complexidade, representada pelo Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), atua na superação e prevenção de agravamentos nas situações de risco social e pessoal, atendendo o público que tiveram seus direitos violados: tais como: "violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, práticas de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar, dentre outras" (MDS, 2011, p. 18), sendo esta esfera da atuação do SUAS o foco neste estudo.

A proteção social de alta complexidade atua nas situações onde há rompimento de vínculos familiares ou com a comunidade, resultando na retirada do(s) usuário(s) do meio em que vive (m) para ficar sob proteção integral – moradia, alimentação, higiene –, e conta com o acolhimento institucional nas modalidades de Abrigo institucional (Casa-Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva), Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. Os serviços da PSE devem preconizar a manutenção ou restabelecimento dos vínculos familiares/comunitários, ou, quando não for possível, a construção de novos vínculos (MDS, 2011).

O CREAS, como dito anteriormente, é o foco neste trabalho, que procura aprofundar o olhar sobre a prática da profissional de psicologia no âmbito da política pública de proteção social de média complexidade, setor de atuação que pode ser considerado novo, no sentido da profissionalização e, especialmente, na produção de conhecimentos técnico-metodológicos.

Segundo Florentino e Melo (2017), o movimento atual da assistência social é inédito em se tratando do esforço de consolidar a política pública de assistência social como um serviço de garantia de direitos constitucionais buscando superar o histórico desestruturado e acrítico (FONTENELE, 2008, p. 83) das ações, especialmente através da profissionalização das equipes de referência. O NOB/SUAS de 2005 (com o subtítulo "Construindo as bases para a implantação do sistema único de assistência social") é o documento que institui o Sistema Único de Assistência Social, há apenas 13 anos atrás – e de maneira tardia, se considerarmos que, como dito anteriormente, foi lançado 15 anos pós SUS, que passou por processo semelhante de concepção, virtualmente no mesmo período –, e na sua atualização em 2012 mostra que a própria política da assistência continua se desenvolvendo de maneira gradual, porém rapidamente:

> No âmbito da política de assistência social, além de reafirmar a importância desta política para o país, este período demarcou, definitivamente, o reconhecimento de que o enfrentamento de situações de pobreza, vulnerabilidade e risco pessoal e social, exige medidas mais complexas, que integram trabalho social com oferta continuada de serviços, transferência de renda e ampliação do acesso a direitos. Como resultado, em menos de uma década de implementação, o SUAS já está presente praticamente na totalidade dos municípios brasileiros e atinge um novo estágio: o de aprimoramento, expresso na aprovação dessa NOB. Os dispositivos desta Normativa denotam os avanços já atingidos e reafirmam princípios e diretrizes do SUAS já consolidados. Lançam, ainda, bases para o fortalecimento da institucionalidade do Sistema e para as inovações e avanços que se fazem necessárias no campo da gestão e da efetividade da política [...] (MDS, 2012, p.11)

Tal documento, assim como a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), de 2006, e a Resolução nº 17, de 2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que ratifica as profissões de nível superior que podem atuar serviços socioassistenciais e na gestão do SUAS; e as Orientações técnicas para a atuação nos níveis de proteção social (CRAS, lançado em 2009, e CREAS, em 2011) expressa o compromisso de avaliação e reformulação da política, além da preocupação em elaborar documentos norteadores para as equipes técnicas desses serviços.

Em se tratando do aparelho CREAS, lança um olhar crítico na responsabilidade social de garantir serviços especializados e qualificados, que é um dos eixos definidores desse órgão; e garante a regulamentação e consolidação do psicólogo como categoria obrigatória nos

serviços de proteção, fato que significa tanto a abertura de mercado quanto a responsabilidade da própria categoria em assumir o compromisso social que, segundo Yamamoto (2007) e Fontenele (2008), mesmo sendo discutido há 40 anos ainda não está presente na maior parte dos profissionais.

Em um estudo sobre a inserção dos psicólogos cearenses nos CRAS, Fontenele (2008) destaca que os profissionais reconhecem a importância da inserção do psicólogo nas políticas de assistência como forma de quebrar a relação elitista entre a psicologia e a sociedade, o que demonstra uma certa apropriação do discurso do "compromisso social da Psicologia" (não necessariamente do compromisso em si), mas, enquanto parte dos profissionais já demonstra uma perspectiva de trabalho sintonizada com as propostas da assistência e do próprio Código de Ética do Psicólogo, outra parcela de profissionais têm dificuldades de romper com o modelo tradicional da psicologia, atuando numa perspectiva curativa e individualista sob a justificativa de que há uma busca da própria comunidade pela atuação clínica e não existiria outros profissionais que pudessem atender a esta demanda na rede.

A produção de conhecimentos teóricos e técnicos para a atuação da psicologia no âmbito das políticas públicas, assim como a mudança de perspectiva sobre o papel social do psicólogo, é um dos temas citados, em sua maior parte de forma negativa, em diversos trabalhos (FONTENELE, 2008; YAMAMOTO, 2007; YAMAMOTO & OLIVEIRA, 2010; BASTOS, 1990; FLORENTINO, 2017; PAIVA & YAMAMOTO, 2010; CFP, ABEP, FENAPSI, 2018; FREIRE, ALBERTO, 2013).

No diagnóstico de Bastos (1990) sobre a inserção do profissional psicólogo no mercado de trabalho brasileiro, a pesquisa apontou que, apesar do aumento de psicólogos na área de atuação social, a metodologia e atividades desses profissionais praticamente não se diferenciavam da proposta clínica (psicoterapia, diagnóstico, ludoterapia), e a conclusão do autor é de que o modelo de atuação em todas as instâncias em que os psicólogos estavam inseridos se mostraram homogêneas, demonstrando que, segundo o autor, as instituições de formação reproduziam um modelo de atuação ainda tradicionalista: "As discussões e mudanças que têm sido implementadas em diversas instituições de ensino, ainda não geraram mudanças significativas no padrão de serviços prestados pelo psicólogo" (p.38).

A atuação da (o) psicóloga (o) na equipe de referência do CREAS

As principais atividades do psicólogo junto ao CREAS são descritas tanto nos cadernos de orientações técnicas do CREAS, de forma mais geral, para toda a equipe de técnicos; assim como no caderno de Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas (os) no CREAS, lançado em 2013 pelo CFP:

> Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção do plano individual e familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contra referência; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com serviços de outras políticas setoriais; articulação interinstitucional com demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio (CFP, 2013, p. 65).

O caderno do CFP descreve de maneira mais particular algumas atividades específicas do psicólogo, como a Entrevista, que pode ser individual e grupal, priorizando os registros das informações para construção dos documentos relativos às famílias e/ou indivíduos, assim como a apropriação das singularidades das demandas, o que complementa a Escuta e Acompanhamento individuais, que, mesmo quando feito de forma individual, deve ser realizada com um olhar amplo sobre o contexto social do sujeito e da violação de direito.

De modo a ampliar a visão do psicólogo sobre o público que chega até o CREAS, a Visita Domiciliar é uma importante estratégia de mapeamento e descoberta da comunidade, onde o profissional tem a possibilidade de se colocar como observador e ao mesmo tempo participante dessa organização social, estreitando os vínculos com esse público.

Há também as intervenções grupais, que visam a reflexão em conjunto de grupos com os usuários atendidos no CREAS, que podem focar demandas como as violações de direitos – grupo de mulheres em situação de violência, casos de violência sexual, crianças em situação de trabalho infantil, etc. -, assim como o público da Medida Socioeducativa (MSE), focando a reflexão das ações e a busca por saídas para o desenvolvimento cidadão e também o pessoal, através das trocas dentro do grupo.

No caso da MSE, os objetivos da equipe como um todo sofre uma ligeira mudança, pois acrescenta a dimensão da responsabilização pelo ato infracional, inerente à perspectiva punitiva e pedagógica da aplicação da medida socioeducativa (BRASIL, 2006; MDS, 2010), porém a visão ampliada em relação aos contextos que formam o sujeito e que o levaram até o ponto da infração é a mesma que caracteriza a assistência social voltada a qualquer outro usuário, assim como as estratégias de matricialidade familiar e a busca pela recuperação ou construção de vínculos.

Além dessas ações mais particulares, o trabalho como técnico de referência exige do profissional uma prática interdisciplinar na materialização dos serviços, de modo a proporcionar a entrega de serviços realmente qualificados. Uma dessas atividades se constitui no próprio planejamento da equipe, que permite que aos técnicos a reflexão e avaliação dos atendimentos, além de coordenar atendimentos multidisciplinares e a construção dos documentos de registro dos usuários e respostas aos órgãos de Garantia de Direitos – Plano Individual de Atendimento, Referências e Contrareferências, etc. Além desse fator, a troca de experiências e conhecimentos potencializa as capacidades de cada membro da equipe em compreender de forma mais ampla as demandas atendidas, tornando o profissional mais qualificado segundo o objetivo de sua própria função no CREAS (MSD, 2011).

Uma das bases fundamentais para o efetivo trabalho da equipe, e entende-se que para o efetivo trabalho do profissional de psicologia que trabalha como parte desta equipe, é o Acolhimento, tanto no sentido da recepção dessas famílias, como na postura acolhedora do profissional durante todo o período de acompanhamento da demanda, refletindo a noção de respeito e o tratamento igualitário e ético, independente de toda e qualquer característica pessoal, social, econômica ou cultural desses grupos.

O plano e o período dos acompanhamentos são definidos pela equipe, orientados pelas características individuais de cada demanda, buscando abranger também a participação dos próprios usuários sobre essa construção.

E, finalmente, é essencial conhecer profundamente a rede de assistência disponível no território – funcionamento de serviços, Unidades que os oferecem, objetivos de cada um, público que atende, atividades que realiza, horários de funcionamento, equipe técnica, etc. – de modo a prestar todo o suporte qualificado, através de articulações com essa rede, às famílias e indivíduos referenciados no CREAS.

Metodologia

A escolha da temática deste trabalho foi baseada em uma experiência de estágio obrigatório no último ano de curso dos estudantes da área de Saúde da Universidade Estadual da Paraíba. Em parceria com municípios, o Estágio Multidisciplinar Interiorizado (EMI) se configura como uma oportunidade de incluir os alunos em contato com profissionais que atuam nas suas áreas, que servem como supervisores dos estagiários durante o período de três semanas de estágio (UEPB, 1994). Esta pesquisa se realiza de acordo com a *Resolução Nº. 466/12* do

Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Participou deste estudo uma profissional de psicologia, formada em 2016 pela Universidade Estadual da Paraíba, que atua há um ano e cinco meses no Centro de Referência Especializada de Assistência Social do município de Lagoa Seca, na Paraíba. Além da psicóloga entrevistada, fazem parte da equipe do CREAS duas educadoras sociais, uma assistente social, uma advogada e uma coordenadora. O público atendido é composto por famílias ou indivíduos que tenham sofrido violação de seus direitos, sendo os públicos prioritários crianças, adolescentes, mulheres ou idosos. Há também o público de adolescentes que cumprem medida socioeducativa (MSE). Segundo o último relatório de 2017, o CREAS atendeu cerca de 146 casos, entre eles, casos de violência (física, psicológica, doméstica), abuso sexual, alienação parental e a MSE.

A coleta de dados para análise qualitativa foi realizada através da observação participante, na proposta da observação participante, que se realizou durante o período de três semanas do EMI, onde foi acompanhado diariamente as atividades, planejamentos e reuniões dentro do CREAS. A observação participante é um importante instrumento para ampliar a percepção do pesquisador, que se coloca na posição de alguém de "dentro", com um ponto de vista mais acessível (YIN, 2001).

Além da observação, foi utilizada uma entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de modo a possibilitar uma fala mais livre por parte da profissional, direcionando o tom das respostas para as áreas que ela achasse mais pertinente dentro da questão lançada, onde foi possível, através da técnica de análise de conteúdo, evidenciar os pontos do discurso que permitem inferir além da mensagem propriamente dita, vislumbrando o contexto de onde fala o sujeito. As perguntas definidas foram: *"Como você começou nesse emprego?", "Quais os auxílios que a prefeitura e demais órgãos oferecem aos psicólogos?", "Quais são as funções que você exerce no CREAS?", "Quais os aspectos positivos e negativos que você vê nesse trabalho?"*. A entrevista foi realizada na sala de acompanhamento individual, que é o ambiente próprio da entrevistada, e teve duração de 18 minutos.

Análise dos dados teve como base a Análise de Conteúdo de Lawrence Bardin, definida pela autora como "um conjunto de instrumentos metodológicos" aplicados à interpretação e inferência de comunicações, onde faz-se uma leitura dupla das mensagens e discursos buscando ir além dos significados imediatos (BARDIN, 2011).

Esse instrumento passa por três etapas básicas: A Pré-análise, a Exploração do material e a Inferência e interpretação dos dados. O processo de análise se constitui na familiarização com o conteúdo a ser explorado através da seleção dos documentos ou materiais que serão investigados, criando indicadores que irão fundamentar a análise dos dados. No presente trabalho, não foram tecidas hipóteses prévias sobre os resultados, estas se desenvolveram no próprio processo da análise, junto com os índices identificados na fala da participante. Este tipo de modalidade é chamado de Procedimentos Exploratórios, os quais proporcionam a inferência de hipótese a partir das ligações encontradas entre os elementos do próprio texto (BARDIN, 2011, p.128-129). Após essa etapa foram criadas categorias que traduzissem adequadamente os indicadores encontrados na fala da participante.

As categorias encontradas a partir da análise das respostas foram:

- Motivação para entrada no CREAS;
- Dificuldades no contexto da atuação;
- Visão da Assistência Social; Dificuldades;
- Papel do Psicólogo no CREAS;
    - O papel dos Conselhos e da Formação Acadêmica na qualificação profissional.

Resultados

- **Motivação para entrada no CREAS**

Esta categoria surgiu a partir da fala da respondente sobre como se deu a sua entrada na área da assistência social. A fala destacada traz o contexto de contratação e um pouco da experiência apresentada por ela na área.

"Eu caí de paraquedas e por necessidade. Faziam seis meses que eu tinha me formado e foi o primeiro emprego que apareceu, dentre os processos seletivos que eu tinha feito, então eu agarrei, né, era a chance que eu tinha então eu agarrei."

É possível notar nesta fala um paralelo com a literatura sobre o tema sobre as condições de entrada dos profissionais na área social que remonta desde os primeiros passos da categoria na assistência. Como visto anteriormente, o fator da crise econômica no Brasil durante a década

de 1980 foi um dos grandes responsáveis pela "migração" profissional dos psicólogos para as políticas públicas, se tornando uma das áreas de ampla absorção do grande número de profissionais formados a partir da proliferação de cursos de psicologia. Ecoando as falas encontradas em Fontenele (2008), a participante coloca que, apesar de sua formação ser na ênfase de Clínica na abordagem de Logoterapia, e de nunca ter pensado em trabalhar dentro da assistência, o trabalho no CREAS foi uma oportunidade a qual ela aceitou por questão de necessidade.

Uma das questões dessa entrada "emergencial" no mercado de trabalho é a identificação com as demandas e objetivos das políticas, que difere, da proposta hegemônica e tradicional da psicologia – clínica, educacional e organizacional. Não cabe, dentro do serviço socioassistencial, em especial no CREAS, práticas de cunho curativo ou adaptativo, mas sim a compreensão das complexidades sociais que perpassam as famílias e indivíduos atendidos e a constante reflexão de sua prática, considerando os impactos da sua atuação (CFP, 2013), o que nos leva à segunda categoria encontrada.

- **Dificuldades no contexto da atuação**

Esta categoria contempla as dificuldades práticas e simbólicas que a profissional e o próprio CREAS enfrentam em meio ao trabalho, destacando aqui que essas dificuldades não vêm através de apenas um canal.

"Então a gente vê muitos discursos agressivos, a gente vê o discurso da questão da menoridade penal, do "bandido bom é bandido morto" voltado pra o público, né, que é mais vulnerável, porque a gente sabe que esse, esse discurso não é pra... conceito de bandido, de uma forma geral. Então, são temas que o CREAS trabalha, são temas que a gente … são usuários que a gente recebe, e que a gente tem muita dificuldade justamente por conta da, não só da população, mas dos órgãos, da rede. Então, tem serviços que não aceitam, tá na política mas não aceita."

Diante do que já foi discutido, pode-se fazer a afirmação que a garantia dos direitos da população foi definida a partir da Constituição Federal e materializada através das políticas públicas, entre elas a da assistência social e, sendo assim, toda a nova perspectiva dessas políticas implica na prestação de serviços qualificados para os usuários por compreender que estes são *Sujeitos de Direito*. Apesar de parecer uma redundância, é essencial que os profissionais que atuam nessas políticas compreendam que os serviços socioassistenciais que eles realizam são uma expressão da obrigação que o Estado tem para com os cidadãos, os quais garantem o acesso de todos à assistência, sem discriminação social de qualquer natureza,

baseado no respeito à pluralidade e diversidade cultural, socioeconômica e religiosa (MDS, 2012).

A partir da observação participante, é possível relacionar esta fala à inserção dos adolescentes do público da Medida Socioeducativa (MSE) que estão inclusos na categoria Prestação de Serviços à Comunidade. A MSE faz parte do sistema de justiça especial aplicada a menores infratores que têm por finalidade da defesa social, com a responsabilização do jovem que cometeu o ato infracional; e da intervenção educativa, com a noção herdeira do Estatuto da Criança e do Adolescente que garante, em seu Artigo 3, "por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade" (BRASIL, 1990). Compete ao CREAS atender ao público de MSE nas categorias de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e de Liberdade Assistida (LA), ambas sendo configuradas como medidas judicialmente determinadas, ou seja, coercitivas os adolescentes, onde são necessários garantir que os usuários, através dessa determinação, construam novas referências e conhecimentos, além de assegurar a manutenção dos laços sociais, o acesso ao mercado de trabalho e/ou cursos profissionalizantes (CFP, 2012). "O objetivo da medida é possibilitar a inclusão social de modo mais célere possível e, principalmente, o seu pleno desenvolvimento como pessoa" (BRASIL, 2006, p. 28).

"A gente fala muito da questão, de que o assistencialismo, de "ele não existe mais", porque "depois de toda a revolução da assistência, depois de toda a luta da assistência foi possível se desconstruir", mas ainda se existe. Né, a gente vê muito a questão de e dentro da própria assistência social, ver o usuário, não como sujeito de direito, mas como alguém que tá ali pedindo um favor, alguém que tá ali atrás de esmola, e não é isso."

Na pesquisa realizada pelo CFP para a construção do documento de Referências Técnicas para a atuação do Psicólogas (os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (CFP/CREPOP, 2012), foi apresentado pelos psicólogos respondentes a dificuldade de inserir esses usuários na articulação em rede dos programas e serviços que compartilham a responsabilidade da proteção social, em especial nos programas de educação e saúde. No caso da entrevistada, uma das dificuldades maiores se encontra na inserção do adolescente no mercado de trabalho em funções que propiciem uma experiência de construção da autonomia; e, em consonância com a pesquisa apresentada, na escola, ferindo uma das garantias da MSE que se traduz na atuação integrada das políticas públicas de modo que possibilite ao adolescente

as possibilidades de reconstrução do seu plano para o futuro e a efetivação de seu processo de inclusão social (BRASIL, 2006, p. 29).

> No caso dos adolescentes sob medida socioeducativa é necessário, igualmente, que todos esses valores sejam conhecidos e vivenciados durante o atendimento socioeducativo, superando-se práticas ainda corriqueiras que resumem o adolescente ao ato a ele atribuído. Assim, além de garantir acesso aos direitos e às condições dignas de vida, deve-se reconhecê-lo como sujeito pertencente a uma coletividade que também deve compartilhar tais valores (BRASIL, 2006, pg. 25).

Novamente esbarramos no histórico assistencialista e desqualificado o qual a assistência social busca constantemente se afastar através dos objetivos traçados em seus aparelhos de proteção social. Foi possível presenciar as situações destacadas pela entrevistada durante o período de estágio e os grupos da MSE, onde se observou o esforço da equipe do CREAS na articulação junto aos estabelecimentos que deveriam acolher os jovens na Prestação de Serviços e junto à escola de um dos participantes do grupo, duas situações que são previstas na MSE em meio aberto e extremamente necessárias para a efetivação do desenvolvimento de vínculos e desses jovens.

- **Visão da Assistência Social**

Esta última categoria destaca a percepção da entrevistada sobre a Assistência Social e seu trabalho diante das demandas altamente complexas que estão sob sua tutela.

"O que a assistência prega é justamente trazer o direito daquele sujeito, é trazer ele pra ser visto pela sociedade. Então não é um favor um usuário receber um BPC, não é um favor um usuário ser inserido 'pra' receber uma cesta básica, que é um benefício eventual, ou receber um pacote de leite, que é um programa do estado, uma criança ter direito a um curso de capacitação, se a família não tem condições de pagar. Então o CREAS, o Serviço de Convivência, o CRAS, não são locais de assistencialismo, não são locais de favores, são locais que a gente tem que mostrar a eles que eles têm direito sim, mesmo que sejam marginalizados, [...] como é o público da medida, [...] que eles são sujeitos de direito que isso tudo que a gente oferece é pra eles, é algo que o Estado tem que oferecer pra eles, que o Governo tem que oferecer pra eles."

"[...]E se trabalhar o que a assistência pede, que é o usuário enquanto sujeito de direito, é trazer esses direitos pra eles, fazer eles conhecerem os direitos que eles têm. Por que, se não, os CREAS vão ficar com uma demanda gritante e a gente não vai fazer um trabalho preventivo, a gente não vai diminuir essa demanda de violação. Só tende a crescer."

Estas falas são colocadas a partir da prática da entrevistada que reflete a importância do acesso à informação que é um direito garantido ao cidadão, mas que em geral não há esse conhecimento. Esse pensamento se encontra alinhado também na perspectiva dos eixos norteadores do trabalho social do CREAS – atenção especializada e qualificação do atendimento; território e localização; acesso a direitos socioassistenciais; centralidade na família; mobilização e participação social; e trabalho em rede – que se configuram como a base para todas as atividades realizadas (MDS, 2011, pg. 27).

"[...] a Medida Socioeducativa, será que funciona, será que a ressocialização existe? Ou é só papel? Por isso que a reincidência não diminui? Por isso que a taxa de jovens infratores não diminui? O que será que tá acontecendo na ressocialização, o que será que acontece dentro dos abrigos?"

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) – órgão de referência da MSE – preconiza as medidas em meio aberto sobre as de restrição de liberdade, por compreender que a elevação do rigor das medidas, em geral, tem o efeito oposto ao da ressocialização dos adolescentes em situação de infração (BRASIL, 2006, p. 14), aqui entendida como a reincidência, e aposta na estratégia de incluir esse adolescente em serviços e programas que o auxiliem na reflexão de seu contexto, em direção à uma mudança de direção e integração social. Cabe, aqui, um breve retorno ao tão falado Compromisso Social do profissional da rede de assistência, que precisa ser colocado como algo em constante construção e não como algo dado, correndo o risco de transformar o conceito em algo morto e em discurso "politicamente correto" e acrítico (MIRON, 2017).

É possível notar um amplo conhecimento dos objetivos e o pensamento crítico que é essencial a todos os psicólogos, mais ainda, é possível ver uma preocupação genuína com as possibilidades que os serviços de assistência têm e com as dificuldades que são enfrentadas na prática profissional, não só com as questões materiais de trabalho, mas com a própria postura profissional que se apresenta na rede de assistência.

"Mas aí, quando você tenta fazer uma intervenção e você é frustrada por falta de verba, você é frustrada por conta que não tem um carro, você é frustrada por conta da burocracia, do-do-do-do estado, a burocracia do governo como um todo, aí complica, aí frustra, aí, às vezes lhe revolta."

"E a condição de trabalho, porque é um trabalho muito estressante. Se você não souber separar e você não souber lidar, você adoece. O salário não é gratificante, então (risadinha), o psicólogo no SUAS, o psicólogo dentro da assistência, nem se iluda que financeiramente irá crescer, até porque a verba da assistência é pequena. Então é muito complicado, muito complicado."

Dentro das orientações técnicas do CREAS aparece a recomendação de que os profissionais de referência tenham vínculo de trabalho efetivo, através do concurso público, de modo a garantir uma oferta contínua dos serviços, maior segurança e valorização para o profissional "que agregam qualidade, compromisso e motivação aos profissionais, o que pode refletir diretamente na qualidade do atendimento ofertado à população" (MSD, 2011, pg. 95); recomenda também a alternância desses profissionais em relação à gestão e execução dos diversos serviços da rede, de modo a estimular a própria qualificação, mas também a prevenção de doenças ocupacionais.

Esses trechos demostram que parte não só do profissional a busca por um trabalho de qualidade, mas também dos órgãos municipais de oferecer as condições para que esse profissional possa assegurar uma atuação comprometida com os objetivos, mas, principalmente, que essas condições de segurança profissional atuam como forte fator de prevenção às condições de doenças ocupacionais, como a estafa, por exemplo, que foi, durante a observação participante, relatada pela entrevistada, assim como por uma das representantes de um dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

- **Papel do psicólogo no CREAS**

Esta categoria foi formulada a partir do discurso da respondente em conjunto com a observação participante realizada durante três semanas, que acompanhou as atividades de visitas domiciliares, planejamentos em equipe, visitas institucionais e articulação de serviços para o atendimento de demanda do CREAS, encontro com representantes dos órgãos de Garantia de Direitos e uma capacitação sobre violência contra a mulher, realizada por um órgão externo com representantes de toda a Rede de Lagoa Seca, inclusive das áreas de saúde e segurança. Ela trata das atividades próprias da psicóloga no Centro, além das realizadas com a equipe. A Observação Participante se torna um instrumento extremamente rico ao confrontar a fala da respondente com a experiência do EMI.

"Acompanhamento individual, acompanhamento em grupo, contra referências, que são relatórios e ofícios; Acompanhamento de adolescentes em medida socioeducativa em meio aberto, com prestação de serviço e liberdade assistida... e é isso."

É possível verificar a diferença das atividades relatadas pela entrevistada em relação às que foram constatadas por Bastos (1990) – psicodiagnósticos, psicoterapia, aconselhamento psicológico –, especialmente no atendimento individual, que ela esclarece:

"[...] o trabalho que eu faço é [...] acompanhamento psicológico, que são os atendimentos individuais mensais que a gente faz com algumas demandas, 'pra' trabalhar a violação, quando só o trabalho do grupo operativo não é suficiente, então faz o acompanhamento individual, que não é o clínico. Qualquer situação ou qualquer sintoma patológico voltado pra questão da saúde mental ou pra questão clínica, eu faço um encaminhamento pra rede de saúde, mas o que a gente trabalha dentro do acompanhamento individual é a violação, é a superação da violação."

Além de as atividades descritas corresponderem às orientações da Tipificação Nacional dos serviços socioasssitenciais (MDS, 2014), tal recorte demonstra uma perspectiva diferenciada e coerente das possibilidades do atendimento individual, além do enfoque no trabalho com grupos e a compreensão de como deve funcionar a política e as especificações do aparelho CREAS:

"Tenho o trabalho nos grupos operativos, que não é fácil. Porque, quando a gente… eu cheguei aqui, o que a gente encontrou foi um mini Serviço de Convivência funcionando dentro do CREAS. [...] Então assim, foram um ano tentando reconstruir o trabalho e a visão dos grupos operativos. [...] Mas eu acho que já foi um avanço muito grande, porque a gente já... não é só questão de crianças e adolescentes, a gente consegue trabalhar agora a violência doméstica e a família."

A saber, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um dos aparelhos da Proteção Social Básica que complementa o trabalho social com as famílias referenciadas nos demais serviços socioassistenciais visando a prevenção e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários através do atendimento e formação de grupos contínuos com usuários de a partir da primeira infância até idosos. O objetivo do trabalho no CREAS é distinto do que é realizado no SCFV, e esse esforço da equipe de referência em encerrar o modelo de trabalho previamente organizado na comunidade e resgatar "a visão" dos grupos com usuários em situação de violação, criando grupos voltados para os usuários caracterizados na política, demonstra o compromisso social da qualificação de serviços.

Dito isto, é importante resgatar brevemente a construção do "Compromisso Social" da psicologia, tema presente desde os primeiros estudos acerca da profissão no Brasil, em meados da década de 1970, período marcado por diversas críticas à "neutralidade" da atuação psicológica que, em realidade, contribuía de forma eficaz como instrumento de controle social, culminando na crise dentro da psicologia, em especial da Psicologia Social tradicional,

consolidando uma mudança de concepção do papel social do psicólogo, em sintonia com as novas concepções de direitos e cidadania que tomariam forma nas atualizações do Código de Ética do Profissional do Psicólogo (CEPP) que, segundo revisão de Amendola (2014), evolui de um patamar clínico, semelhante ao modelo médico, até um documento amplo que almeja ir além de um documento normativo e coercitivo, mas que se coloque como uma referência de reflexão crítica e ética o qual o profissional, independentemente do local onde trabalhe, possa aplicar em sua atuação. Esse é um passo importante porque amplifica a discussão do Compromisso social para toda a categoria, o que Yamamoto (2007) considera como parte do processo.

Em pesquisa realizada pelo CFP que resultaria do documento "Referências Técnicas para a atuação de psicólogos no CREAS (2012), 83,9% dos psicólogos considerou que sua área de atuação faz parte das políticas públicas, o que, segundo a publicação, aponta um novo perfil de profissional comprometido "com questões mais coletivas, com a defesa de direitos e o reconhecimento do âmbito público como espaço de atuação" (p.45). Yamamoto vai de encontro a essa noção, considerando que:

> Todavia, "compromisso social", como já assinalamos, não se restringe à abrangência da ação profissional do psicólogo mesmo tomada nesse sentido. [...] A ação profissional dos psicólogos que atuam no setor bem-estar público (ao menos considerados os exemplos que temos em mãos, o que não representa, necessariamente, a ausência de outras formas de inserção) – a despeito da direção que o Conselho Federal de Psicologia (CFP), procura imprimir –, indica-nos uma extensão da prática convencional (calcada no modelo médico) com uma escassa ou nenhuma de problematização dessa forma de intervenção, reforçando um dos aspectos mais dramáticos da prática dos profissionais que atuam no setor social público: o acesso desqualificado por parte de parcelas cada vez maiores da população aos serviços básicos no setor social (2007, p. 34).

É uma atuação baseada na responsabilidade social, com práticas centradas nos contextos grupais e de caráter preventivo, que considere de forma crítica e histórica a realidade política, social, cultural e econômica em que está inserido (CFP, 2013; CFP, 2005). Essa perspectiva de criticidade na atuação aparece na fala da entrevistada sobre as funções que ela exerce no CREAS, assim como a afinidade com o trabalho e conhecimento do objetivo do aparelho, que é o de trabalhar a violação de direitos e o fortalecimento de vínculos, através do trabalho interdisciplinar da equipe de referência, assim como a busca pela participação e autonomia dos usuários na superação da violação.

"Não se valoriza tanto a assistência como deveria ser valorizado, porque o trabalho da assistência, num todo, no caso do CREAS, junto com o CRAS e com os outros serviços, é com o

público mais vulnerável do nosso país, da nossa população. Então a gente vai trabalhar com uma pessoa que vive com 100 reais – com dez filhos – por mês, e a gente vai ter que saber lidar como… a gente vai ter que superar aquela… como a gente vai fazer com que ele supere aquela situação."

- **O papel dos conselhos e da formação acadêmica na qualificação profissional**

Esta subcategoria surge a partir do discurso da participante e foi reconhecida a importância de falar sobre o papel dos órgãos formadores e reguladores e suas responsabilidades, considerando seu papel fundamental na construção das psicólogas e psicólogos.

"Dentro do CREAS eu comecei a me apaixonar pelo trabalho social e pelo trabalho da assistência. Não foi fácil, porque eu tenho pouco conhecimento. Tudo que eu tenho… o domínio que eu tenho hoje é através de leituras em casa e a prática profissional, mesmo, mas hoje eu já me encontro dentro do trabalho."

Em uma pesquisa realizada com os psicólogos atuantes nos CREAS do Rio Grande do Norte, em 2014, algumas das dificuldades citadas pelos profissionais foram a falta de referências de atuação, em conjunto com a falta de capacitações relacionadas com o trabalho do CREAS. Além do próprio compromisso para com a profissão (CFP, 2005), Ribeirol considera que as capacitações são necessárias para acompanhar as mudanças paradigmáticas na assistência social, mas também por haver pobreza do conhecimento e discussões sobre essa área na psicologia, resultando no pouco ou nenhum contato dos psicólogos com os documentos e legislação das políticas públicas, e na ausência de produção de referências teórico-metodológicas específicas para o campo (2014).

"Então, assim, se a gente não fala, se a gente não luta, não tem mudança. Então eu acho que a classe ainda é muito calada voltada a isso. Talvez até por ter uma visão que eu tinha anteriormente, antes de atuar. Então, quando a gente começa a conhecer a realidade, então a gente começa a lutar pra aquilo que a gente tá vivenciando."

Fontenele (2008) considera que o contexto da inserção do psicólogo nas políticas públicas ocasionou um processo dialético onde o aumento da mão de obra livre estimula o movimento dos psicólogos à outras áreas de autuação, criando mais postos de trabalho e consequentemente obrigando que esse profissional direcione o olhar para as questões sociais, gerando uma demanda cada vez mais crescente de uma formação profissional que ofereça subsídios para os contextos de trabalho que escapam da esfera tradicionalista (p. 114). Uma

fala, resgatada por Yamamoto, de um estudo de 1983, considera que a aproximação da psicologia da atuação com as classes econômicas mais baixas traria à tona as deficiências teórico-metodológicas da psicologia tradicional (2007). Ainda em 1990, Bastos chama atenção da necessidade de pesquisadores se dedicarem à produção de conhecimentos e técnicas acerca das novas áreas de atuação presentes no mercado de trabalho, de modo a subsidiar esses novos psicólogos para as demandas apresentadas nesse novo contexto.

> Neste caso, estamos diante de um outro fator intrínseco que impõe limites: a incapacidade da categoria gerar esses modelos alternativos com o necessário impacto. A carência de profissionais dedicados à pesquisa, a formação acadêmica em larga medida dissociada da investigação, têm como consequências não só a precária qualidade dos serviços prestados (a adoção cega de técnicas que estão na moda, por exemplo), mas a não construção de modelos de atuação mais apropriados à população do seu país (BASTOS, 1990, p. 39).

Para Paiva, os conhecimentos que são construídos no ambiente acadêmico são dissociados da realidade, gerando formações insuficientes e que geram angústia nos profissionais recém formados (PAIVA, YAMAMOTO, 2010), que terão que responder aos objetivos, públicos e contextos completamente diversos daqueles mais comumente relacionados com a profissão da psicologia. Yamamoto, em consonância com Ribeirol (2014), considera que os temas, atividades e objetivos da área da assistência são não apenas diferenciados dos saberes psicológicos tradicionais, mas que está literalmente fora do que foi delimitado como área de conhecimento da psicologia, sendo necessário não apenas uma sobreposição ou adaptação dos conhecimentos teóricos e técnicos, mas sim a criação de novos conhecimentos, que podem, ou não se embasar de alguns já constituídos, mas que precisam superá-los (2010).

"Só batendo na tecla, novamente, que eu coloco 'pra' todo mundo quando vem pra cá no EMI, ou de outras universidades: a questão de se falar da assistência. Eu passei cinco anos dentro da universidade sem valorizar o trabalho da assistência social, então, assim, é uma demanda do psicólogo que eu não tinha uma abertura 'pra' conhecer, agora pessoal, mesmo, porque eu não via.... não dava tanta importância ao trabalho da assistência. E hoje quando eu comecei a atuar, depois que eu comecei a atuar, depois que eu comecei a vivenciar o trabalho do psicólogo social, eu vejo a importância de se falar sobre, então eu acho que tem que ter mais simpósios, tem que ter mais fóruns, pra se falar sobre a psicologia na assistência, pra se falar sobre a mudança que o nosso país está sofrendo."

Na questão da formação acadêmica de psicologia, a necessidade de se falar mais nas áreas de atuação não tradicionais é destacada na cartilha "Ano da formação em Psicologia",

organizada pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Federação Nacional de Psicólogos (FENAPSI), que tem o objetivo de refletir e iniciar um processo nacional da revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, buscando garantir o que é proposto pelas DCN de 2004/2011, que preconiza uma formação generalista "que permitiria à(ao) psicóloga (o) acesso a conhecimentos e práticas que a (o) preparassem para um espectro amplo de possibilidades de atuação" (2018, pp. 32-33).

No que se refere às capacitações para a atuação no mercado, em 2006 foi lançado o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), criado pelo CFP em conjunto com a rede de CRP's, com a intensão de investigar as relações da Psicologia com as Políticas Públicas, a partir de pesquisas com a categoria através de questionários online de alcance nacional para coleta de dados, reuniões e grupos de discussões. O objetivo máximo da plataforma é "ampliar a relação do psicólogo com a esfera pública e difundir os conhecimentos das práticas psicológicas nas políticas públicas e produzir referências" (GONÇALVES, 2011), tal movimento visa o reconhecimento das práticas já existentes e, a partir das experiências e propostas dos profissionais que atuam nessas políticas e a reflexão de especialistas, se criem documentos oficiais de referência para a atuação das (os) psicólogas (os) nos mais diversos contextos das políticas públicas (GONÇALVES, 2016).

Até o momento, o Crepop possui 12 documentos de referências publicados (e disponíveis para acesso online no site do Centro), 10 novos documentos em fase de elaboração com previsão de publicação em 2019, segundo informações presentes no site. Para a atuação na assistência, os documentos Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (2013); Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência (2013); Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (2012); são os mais relevantes.

Considerações Finais

Conhecer a realidade da profissão no qual está concluindo a formação, especialmente durante o período de curso, é fundamental para que não ocorram discrepâncias irreversíveis na percepção do que deve ser a própria atuação, além de promover a discussão dentro da academia sobre as demandas que aparecem nos setores em que a psicologia se insere na atualidade.

Uma das maiores questões notadas durante esta pesquisa foi a compreensão de que a entrevistada se colocou no papel proativo de buscar todas as referências de que necessitava para cumprir com seu papel profissional, algo que, obviamente deve ser um modelo a se seguir em qualquer esfera de atuação, porém, é notável como a ausência de informações e conhecimentos prévios transforma algo que deveria ser um movimento contínuo de capacitação profissional em algo muito mais extenuante que remete à um mergulho em águas escuras e profundas as quais você nem mesmo sabia que tinha condições de entrar.

Essa ausência de suporte é extremamente prejudicial dentro da formação, que compreende, no caso da UEPB, uma formação ampla em psicologia, mesmo que afunile seu campo na fase final do curso. A mudança de currículo que retira a noção de áreas para ênfases é um reflexo de mudanças, mas ainda é necessário que, assim como o conceito de compromisso social, a materialização deste currículo não retire a possibilidade de questionamento e discussão sobre uma formação ainda muito homogênea, uma ausência de interesse nas áreas que se mostram diferentes da idealização Do Psicólogo.

Apesar da constante crítica à adequação do modelo clínico para as políticas públicas, o intuito deste e dos demais trabalhos aqui destacados não é o de diminuir a importância da atuação clínica na psicologia, mas sim confrontar a realidade de que o mercado de trabalho absorve grande parte dos profissionais da nossa categoria, que estão saindo das universidades, e demais instituições de formação, sem os conhecimentos e capacitação adequados para atender os objetivos de tais demandas, preocupação já apresentada, inclusive, em uma publicação de 28 anos atrás!

A construção do Crepop é de imenso valor para os profissionais que trabalham nas políticas públicas pois não são regras mortas de atuação, mas sim documentos constituídos através da coleta com profissionais que atuam diariamente com esses contextos e participam de pesquisas sobre o assunto, que serão refletidas na definição final das referências. Porém, o ponto forte dessa produção, na visão deste trabalho, é a oportunidade dos grupos de discussão onde os profissionais podem se encontrar e debater suas experiências, propiciando um local de troca inestimável para a atuação dentro dos aparelhos das políticas, mas principalmente na possibilidade de se reconhecer nos grupos e buscar esse apoio dentro da categoria de pessoas que passam pelas mesmas dificuldades que a sua.

Este é um movimento importante para que nossa categoria, desde a formação, tenham os conhecimentos acerca das diversas políticas públicas, valorizando sua importância como uma verdadeira revolução na garantia de direitos constitucionais da população e uma área de

atuação que precisa de pesquisadores e teóricos que construam novos conhecimentos teórico-metodológicos baseados nas novas realidades nos apresentadas, e não se limitem às teorias e práticas tradicionais da psicologia, especialmente porque tais conhecimentos não dão conta das demandas e objetivos que a atuação do psicólogo, na esfera das políticas públicas, precisa alcançar. É tempo de buscar a responsabilidade de instrumentalizar os profissionais de psicologia presentes nas políticas públicas, de modo a fortalecer os processos que buscam a garantia de serviços e direitos de forma democrática, assumindo esse papel transformador, e consolidar a própria psicologia como categoria essencial nesses serviços a partir da participação em todos os níveis das políticas públicas.

ABSTRACT

From the constitution of the SUAS, a new field of action for psychology opens up, with the increase of the participation of policies in the social assistance policies of the country. The current work investigated the possibilities and possibilities of the psychologist in this context, more specifically in the Social Protection of Medium Complexity represented by the Specialized Reference Center for Social Assistance, CREAS. The enrollment of the psychologist in public policies, together with the multidisciplinary team, is considered fundamental for the fulfillment of the objectives proposed in the current social assistance policy ratified by the Unified Social Assistance System. However, considering that the management of this field is relatively new, there is no type of action that is not relevant to nursing education. The methodology proposed is a qualitative study based on the case study, using data collection instruments and a semi-structured interview, which was analyzed using the content analysis technique. The results indicate that the assistance work counts on several complexities that still permeate the vision of assistance, including from the professionals of the network itself.

Keywords: Psychology in CREAS; Psychology and SUAS; Social Psychology; Case study.

Referências Bibliográficas

AMENDOLA, M. F. *História da construção do Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 14, n. 2, p. 660 – 685. Rio de Janeiro, 2014.
Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000200016 >
Acesso em 28/05/2018

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Antônio V. P. *Mercado de trabalho: uma velha questão e novos dados*. Psicologia, Ciência e Profissão. Brasília, V. 10, n. 2-4, 1990.
Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v10n2-4/06.pdf >
Acesso em 24/05/2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: DF, 1990 - ECA

_____. Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. *Lei Orgânica de Assistência Social*. Brasília: DF, 1993.
Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm >
Acesso em 22/05/2018.

_____. Presidência da República. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: CONADA, 2006.
Disponível em: < http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf >
Acesso em 22/05/2018.

_____. República Federativa do Brasil (2011). *Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011*. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2011.

CFP; ABEP; FENAPSI. *Ano da Formação em Psicologia – 2018: Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia*. Brasília, 2018.
Disponível em: < https://site.cfp.org.br/publicacao/ano-da-formacao-em-psicologia-2018/ >
Acesso em 28/05/2018.

CFP/CREPOP. *Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Brasília, 2012.
Disponível em: < http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Atua%C3%A7%C3%A3o-dasos-Psic%C3%B3logasos-em-Programas-de-Medidas-Socioeducativas-em-Meio-Aberto.pdf >
Acesso em 28/05/2018.

CFP/CREPOP. *Referência Para Atuação de Psicólogas (os) em Serviços de Atenção À Mulher Em Situação de Violência*. 1ªa edição. Brasília, 2013.

Disponível em: < http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2013/05/2013-05-02b-MULHER.pdf >
Acesso em 26/05/2018.

CFP; CREPOP. *Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializada de Assistência Social*. Brasília: Centro de Referências Técnicas e Políticas Públicas, 2013.
Disponível em: < http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2013/03/CREPOP_CREAS_.pdf >
Acesso em 28/05/2018.

CFP. *Resolução nº 010/05 2005, de 21 de julho de 2005*. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, 2005.
Disponível em: < https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf >
Acesso em 28/05/2018.

FILHO, E. L. L. *O Crepop-Bússula: Referências para nortear o trabalho do (a) psicólogo (a) na Política Nacional de Assistência Social*. *In*. V Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas - Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas. Conselho Federal de Psicologia (p. 75-83). Brasília, CFP, 2011.

FLORENTINO, B. R. B; MELO, W. *A inserção da psicologia no Sistema Único de Assistência Social: Notas Introdutórias*. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 10 (1), jan-jun, 2017, 3 - 12.
Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v10n1/02.pdf >
Acesso em 24/05/2018.

FONTENELE, A. F. G. T; COLAÇO, V. F. R. *Psicologia e Sistema Único da Assistência Social - SUAS: Estudo sobre a inserção dos psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS's*. [Dissertação] - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.
Disponível em:
< http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1250/1/2008_dis_AFGTFontenele.pdf >
Acesso em 22/05/2018.

FREIRE, M. L.; ALBERTO, M. F. P. *Centro de referência especializada de assistência social: suporte organizacional para atuação do psicólogo*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2013, v. 16, n. 2, p. 167-182.
Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000200003 >
Acesso em 28/05/2018.

GONÇALVES, Mª G. M. *Formar para a ação: os desafios para Psicologia em Políticas Públicas*. *In*. Conselho Regional de Psicologia - São Paulo. Psicologia e Políticas Públicas: Seminários Gestão 2013-2016 (p. 54-67). São Paulo, CRP-SP, 2016.

_____. *Mesa: Crepop: construção das referências para a atuação dos psicólogos em políticas públicas*. *In*. V Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas - Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas. Conselho Federal de Psicologia (p. 61-66). Brasília, CFP, 2011.

Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS). *Caderno de Orientações Técnicas em Meio Aberto*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: DF, 2010.

_____. *Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS)* - Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: DF, 2005.
Disponível em:
<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>
Acesso em 23/05/2018.

_____. *Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS)*. Brasília: DF, 2012.
Disponível em:
< http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf >
Acesso em 23/05/2018.

_____. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos da Assistência Social (NOB-RH/SUAS)*. Brasília: DF, 2011.
Disponível em: <
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf >
Acesso em 22/05/2018.

_____. *Orientações Técnicas Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília: DF, 2011.
Disponível em:
<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>
Acesso em 23/05/2018.

_____. *Política Nacional de Assistência Social. Brasília*: DF, 2004.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm>
Acesso em 22/05/2018.

_____. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: DF, 2014.

MIRON, A.X.; GUARESCHI, N.M.F. *Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações*. Psicologia: Ciência e Profissão Abr/Jun. 2017 v. 37 n°2, 349-362.
Disponível em: < https://doi.org/10.1590/1982-3703000952014 >
Acesso em 22/05/2018.

PAIVA, I.L.; YAMAMOTO, O.H. *Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do "terceiro setor"*. Estudos de Psicologia, 15(2), Maio - Agosto/2010, 153-160.
Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/epsic/v15n2/04.pdf >
Acesso em 22/05/2018.

RIBEIROL, A. B. et al. *Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte*. Fractal, Rev. Psc. [Online], vol. 26, n 2, p. 461-478. Natal, 2014.
Disponível em:
< http://www.scielo.br/pdf/fractal/v26n2/1984-0292-fractal-26-02-00461.pdf >
Acesso em 22/05/2018.

UEPB. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Nº 07/94*. Estagio Multidisciplinar Interiorizado. Campina Grande, 1994.
Disponível em: < http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/download/007-1994%20EMI%20-%20EST%C3%81GIO%20MULTIDISCIPLINAR%20INTERIORIZADO.pdf >
Acesso em 05/06/2018.

YAMAMOTO, O. H. *Políticas sociais, 'terceiro setor' e 'compromisso social': perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo*. Psicologia & Sociedade; 19 (1): 30-37; jan/abr. 2007.
Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000100005&script=sci_abstract&tlng=pt >
Acesso em 25/05/2018.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I.F. *Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 2010, v. 26, n. especial, pp. 9-24.
Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a02v26ns.pdf >
Acesso em 25/05/2018.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
Disponível em: < https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf >
Acesso em 18/04/2018.